

ANEXO IV

**PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
À SAÚDE DE BELO HORIZONTE**

**DIRETRIZES, ESPECIFICAÇÕES E CRONOGRAMA PARA AS OBRAS DE
RECONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**



ÍNDICE

1. TERMO DE REFERÊNCIA / CADERNO DE ENCARGOS	3
2. LEGISLAÇÕES, NORMAS E REGULAMENTOS	5
3. ESCOPO DE PROJETOS E OBRAS	6
3.a. Diretrizes de projetos e obras	6
3.b. Projetos e Obras de Centros de Saúde NOVOS e a serem RECONSTRUÍDOS	6
3.c. Projeto da Unidade de CME e LABORATÓRIO	11
4. VISTORIA TÉCNICA	12
5. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES DE PROJETOS E OBRAS	13
5.a. Plano de Trabalho	13
5.b. Desenvolvimento de projetos	13
5.c. Comissionamento das instalações	14
5.d. Recebimento Provisório e Definitivo das Atividades de Projetos e Obras	14
5.e. Gerenciamento das Atividades nos Canteiros de Obras	15
5.f. Infraestrutura de rede de dados e voz	19
5.g. Informações Adicionais	20
6. MANUAL DE OBRAS DA SUDECAP (MANUAL DO USUÁRIO).....	21
6.a. Objetivo	21
6.b. Organização	21
6.c. Apresentação	21
6.d. Ementa	21
6.e. Obras de urbanização	24
6.f. Termos de recebimento da OBRA	26
7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO REFERENCIAL.....	27
8. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES REFERENCIADOS	28
NESTE ANEXO	28
8.a. Premissas de Projetos dos novos Centros de Saúde	28
8.b. Memorial Descritivo de Novas Unidades	28
8.c. Conceitos e Premissas de Projeto e Memorial Descritivo	28



INTRODUÇÃO

Este anexo e seus Documentos Complementares tem como objetivo definir e descrever as diretrizes dos projetos e obras a serem desenvolvidos pela **CONCESSIONÁRIA** com a finalidade de requalificar a estrutura física dos **CS, CME e LABORATÓRIO** do Município de Belo Horizonte.

I. TERMO DE REFERÊNCIA / CADERNO DE ENCARGOS

A rede atual dos Centros de Saúde do Município de Belo Horizonte compreende 152 Centros de Saúde.

As unidades sobre as quais se trata este Documento, estão assim caracterizadas:

- 40 unidades que serão novas ou reconstruídas (nos próprios locais onde estão hoje implantadas ou em locais diferentes);
- 01 unidade contendo Laboratório e Centro de Material e Esterilização, detalhado no Documento Complementar 6 do presente Anexo, ficando a sua execução condicionada à realização de estudo em conjunto pelo **PODER CONCEDENTE** e pela **CONCESSIONÁRIA**, com vistas à reestruturação e a atualização do projeto e das especificações dos serviços do referido equipamento, devendo a conclusão dos estudos ser formalizada mediante a celebração de termo aditivo específico.

São de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a obtenção e a renovação de todas as licenças e autorizações, incluindo, mas não se limitando, ao Alvará de Licença de Construção e ao Alvará de Localização e Funcionamento, necessários à realização das **OBRAS** e funcionamento dos **CS, CME e LABORATÓRIO**.

O **PODER CONCEDENTE** empreenderá seus melhores esforços para que a **CONCESSIONÁRIA** obtenha no menor prazo possível as licenças e autorizações mencionadas na subcláusula 7.1 do Anexo I.

É responsável também pela aquisição e incorporação à Unidade, de mobiliário e equipamentos clínicos, sejam novos ou reconstruídos, devidamente compatibilizados com os ambientes em que serão instalados (Conforme Anexo VIII).

Os requisitos aqui descritos devem ser entendidos como os parâmetros mínimos obrigatórios para a execução dos projetos e das obras de construção e reconstrução dos **CS, CME E LABORATÓRIO**. A **CONCESSIONÁRIA** poderá sugerir alternativas às referências aqui indicadas desde que agreguem resultados positivos ao empreendimento e desde que sejam sempre aprovadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

As **OBRAS** e os **SERVIÇOS DE ENGENHARIA** deverão ser executados conforme diretrizes de projetos listados abaixo, cujo desenvolvimento faz parte da obrigação da **CONCESSIONÁRIA**:

- Projeto Arquitetônico - Compreendendo todas as fases de desenvolvimento – Estudos Preliminares, Anteprojetos, Projetos Básicos e Projetos Executivos;
- Projetos Legais (e aprovações nos devidos órgãos);
- Projeto de Terraplanagem e contenções;
- Projeto de Estrutura e Fundações;
- Projeto de Comunicação Visual com manual de implantação;
- Projeto de Paisagismo e Urbanização;
- Projeto de Climatização nas áreas indicadas;



- Projeto de Instalações Hidráulicas (Água);
- Projeto de Instalações Hidráulicas (Esgoto e Reuso de águas pluviais);
- Projeto de Instalações Hidráulicas (Drenagem de solo);
- Projeto de Instalações Hidráulicas (Hidrantes);
- Projeto de Instalações Hidráulicas (Gases Medicinais¹);
- Projeto de Prevenção e Combate à Incêndio e Pânico;
- Projeto de Instalações Elétricas;
- Projeto de Instalações Elétricas (SPDA e aterramento);
- Projeto de Instalações Elétricas (Diagramas Unifilares);
- Projeto de TI / TELECOM e Sistemas;
- Projeto de vigilância eletrônica (CFTV)
- Memorial Descritivo – específico para todos os projetos;
- Caderno de Especificações e Manual de Implantação.

Caberá à **CONCESSIONÁRIA** analisar as premissas e demais referências aqui apresentadas e confeccionar os estudos de implantação e projetos para cada **CS, CME e LABORATÓRIO**, apresentando-os para a aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

Cabe ao **PODER CONCEDENTE** a decisão sobre aceitar ou não as proposições apresentadas pela Concessionária.

A discordância da **CONCESSIONÁRIA** quanto aos documentos técnicos aqui apresentados não será motivo de escusa ao cumprimento do **CONTRATO**, em especial quanto ao cronograma previsto no **CONTRATO** e ao atendimento aos indicadores de qualidade referidos.

Todos os materiais e serviços deverão atender, no mínimo, as exigências das diretrizes de especificações apresentadas e as normas da ABNT. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, com comprovação através de ensaios, testes ou outras provas definidas nas normas previstas em lei.

¹ Com relação a gases medicinais é responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** apenas (i) prover e manter a infraestrutura (sem o abastecimento por meio de cilindros) para o fornecimento de oxigênio para a sala de observação (sala de maiores cuidados) e (ii) o fornecimento da infraestrutura, dos equipamentos (incluindo sua manutenção) e a disponibilização de ar comprimido para as salas de saúde bucal (odontologia). O fornecimento de cilindros de oxigênio é de responsabilidade do **PODER CONCEDENTE**





2. LEGISLAÇÕES, NORMAS E REGULAMENTOS

Os **PROJETOS** deverão ser submetidos a todos os trâmites legais de aprovação junto aos órgãos competentes para obtenção dos alvarás e licenças de funcionamento. Todos os projetos deverão estar alinhados com todas as normas técnicas pertinentes e deverão visar padrão de qualidade e normatização.

As **OBRAS** seguirão rigorosamente as determinações relativas a edificações e infraestrutura urbana, constantes do Caderno de Encargos da SUDECAP 3ª edição, conforme seção III, parágrafo 5º, do decreto 10.710 de 28 de junho de 2001. O apoio técnico ao Caderno de Encargos da SUDECAP é de responsabilidade da Divisão de Normas e Padrões – DINP, da SUDECAP.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter uma cópia impressa ou digital do Caderno de Encargos da SUDECAP 3ª edição, no escritório da obra e outra impressa, para uso no campo.

A **CONCESSIONÁRIA** e eventuais subcontratadas deverão executar as **OBRAS** considerando sempre os requisitos de Segurança do Trabalho adequados, seguindo a Lei 6.514/77, as Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e as normas da ABNT e dos demais órgãos reguladores.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá fazer duas ART's para a obra, uma em nome de quaisquer dos seus responsáveis técnicos constantes da Certidão de Quitação e Registro da Pessoa Jurídica junto ao CREA, e outra em nome do engenheiro que efetivamente executará a obra. Caso o RT geral da empresa seja o engenheiro que efetivamente comandará a obra, conforme previsto no edital, a segunda anotação fica naturalmente suprida, desde que seja garantida a sua permanência na obra.



3. ESCOPO DE PROJETOS E OBRAS

Todos os **PROJETOS** e **OBRAS** acima relacionados deverão ser executados conforme diretrizes do presente Anexo e seus Documentos Complementares.

Para cada **CS**, **CME** e **LABORATÓRIO** deverá ser desenvolvido um projeto específico levando em consideração suas particularidades. Este projeto deverá ser aprovado pelos representantes do **PODER CONCEDENTE**.

Para terrenos com área igual ou superior a 2.500,00 m², a implantação da edificação do **CS** deve ser previamente validada pelo **PODER CONCEDENTE**, visando a sua otimização e, eventualmente, possibilitar que outros equipamentos públicos venham a ser implantados futuramente na mesma área, a critério do **PODER CONCEDENTE**.

3.a. Diretrizes de projetos e obras

Para garantir a qualificação da estrutura física dos **CS** novos e reconstruídos, **CME** e **LABORATÓRIO**, foi estabelecido um nível de intervenção de projetos e obras necessários.

As diretrizes de projetos e obras para a **CME** e **LABORATÓRIO** serão apresentadas no DOCUMENTO COMPLEMENTAR_06_CME e Laboratório Central

Segue abaixo diretrizes do nível de intervenção.

3.b. Projetos e Obras de Centros de Saúde NOVOS e a serem RECONSTRUÍDOS

Os **CS** incluídos nesta categoria são unidades novas e unidades que necessitam de reconstrução total. Foram desenvolvidos conceitos básicos e premissas de projeto bem como modelos que expressam as necessidades básicas das unidades baseadas em duas tipologias arquitetônicas, cada uma com um número estimado de metros quadrados de construção:

- Tipologia II: área estimada de 1085 m² para os **CS** de 6 ESF (Equipe de Saúde da Família).
- Tipologia III: área estimada de 1085 m² para os **CS** de 6 ESF (Equipe de Saúde de Família), com 3 (três) pavimentos.

Cada modelo deverá ser adequado à situação, configuração e dimensão do terreno a ser disponibilizado sem gerar prejuízos à estrutura mínima necessária apresentada. Cada projeto a ser desenvolvido deverá ser submetido à aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

3.b.i. Conceitos e premissas do projeto

Vide DOCUMENTO COMPLEMENTAR_02_Premissas de Projetos dos Novos Centros de Saúde

3.b.ii. Memorial Descritivo

Vide DOCUMENTO COMPLEMENTAR_03_Memorial Descritivo Novas Unidades

3.b.iii. Diretrizes para localização dos Centros de Saúde a serem reconstruídos e providências para viabilização dos projetos e obras

Para **CS** que serão reconstruídos apresentam-se as seguintes situações:



3.b.iii.1. Centros de Saúde que serão reconstruídos nos próprios terrenos em que estão atualmente instalados.

Para os **CS** que serão reconstruídos e cuja localização não deverá ser modificada, será utilizado o próprio terreno onde a Unidade está instalada, sendo este terreno de propriedade do Município de Belo Horizonte.

Para viabilizar a obra de reconstrução total da unidade no próprio terreno, caberá ao **PODER CONCEDENTE** organizar e realizar os serviços não-assistenciais nessas unidades, enquanto não estiverem concluídas e com os devidos termos de aceite emitidos.

Caberá à **CONCESSIONÁRIA** a demolição da Unidade para permitir a sua reconstrução integral.

A responsabilidade por providenciar local para funcionamento provisório da unidade será do **PODER CONCEDENTE**.

3.b.iii.2. Centros de Saúde que serão reconstruídos

Há a hipótese de aquisição de novos terrenos, de forma a atingir a área mínima necessária para a reconstrução da unidade.

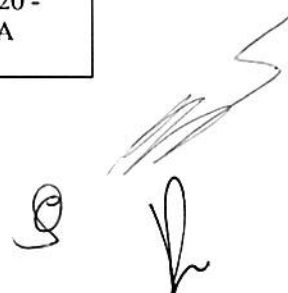
Para viabilizar a implantação de nova unidade em novo terreno diverso dos terrenos descritos neste **EDITAL**, o **PODER CONCEDENTE** poderá solicitar à **CONCESSIONÁRIA**, nos termos da cláusula 7.2.3 do **CONTRATO**, as seguintes atividades;

- Identificar os possíveis locais para implantação das unidades;
- Verificar dentre as possibilidades a existência de terrenos de propriedade da Prefeitura para possível utilização – as possibilidades estão indicadas na relação abaixo;
- Submeter a nova proposta de localização à aprovação junto ao **PODER CONCEDENTE** seja qual for o caso;
- Em caso de necessidade de desapropriações, o **PODER CONCEDENTE** se responsabilizará por todos o trâmites e indenizações necessários.
- Em caso de agregar o terreno da unidade existente a um terreno contíguo, o **PODER CONCEDENTE** deverá viabilizar um local para funcionamento provisório da unidade.

3.b.iv. Relação e Dados dos Centros de Saúde a serem Reconstruídos e/ou Novos:

ORDEM DE CONSTRUÇÃO	PROJETOS/OBRAS	REGIONAL	TIPOLOGIA	ENDEREÇOS
1	C.S. CABANA	OESTE	III	RUA CENTRO SOCIAL, 536 - BAIRRO CABANA
2	C.S. PIRATININGA	VENDA NOVA	II	RUA CRAVO DA ÍNDIA, ENTRE RUA ERVA MATE E RUA IRMA - BAIRRO

				VISCONDE DO RIO BRANCO
3	C.S. ZILÁH SPÓSITO	NORTE	II	Rua Coquilho, nº 75 - Bairro Jaqueline
4	C.S. SERRA VERDE	VENDA NOVA	II	RUA GUIDO DRUMOND LEÃO, 10, SERRA VERDE, BELO HORIZONTE - MG
5	C.S. CONJUNTO PAULO VI - II	NORDESTE	II	RUA TRÊS MIL E SETENTA E QUARTO (LOTE 006 - QUARTEIRÃO 200) - Bairro Paulo VI
6	C.S. VITÓRIA II	NORDESTE	II	RUA DOS BORGES, ESQUINA COM RUA DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS, BAIRRO VITÓRIA
7	C.S. LAJEDO	NORTE	II	RUA GLAUCE ROCHA, ENTRE RUA ABÍLIO BARRETO E RUA PEDRO AMÉRICO - BAIRRO LAJEDO
8	C.S. COPACABANA	VENDA NOVA	II	RUA INGLATERRA, ESQUINA COM RUA CASTRO ALVES - BAIRRO COPACABANA
9	C.S. SÃO JORGE II	OESTE	II	RUA VEREDA DO PARAÍSO, BAIRRO SEÇÃO SUBURBANA TERCEIRA
10	C.S. JARDIM COMERCIÁRIOS	VENDA NOVA	II	Rua Maria da Paz, 156, 168 e 174 - bairro Jardim dos Comerciantes
11	C.S. MANTIQUEIRA	VENDA NOVA	II	RUA MARIA LUIZA LARA, S/N - BAIRRO MANTIQUEIRA
12	C.S. COQUEIROS	NOROESTE	II	RUA ENEIDA, 1583 ENTRE RUAS BRAGANÇA E ELIZABETH - LOTE 014 QUARTEIRÃO 124 - BAIRRO COQUEIROS
13	C.S. SANTA MÔNICA	VENDA NOVA	II	RUA DOS CANOEIROS, 320 - BAIRRO SANTA MÔNICA



14	C.S. ITAIPU	BARREIRO	II	RUA WANDERLEY SALES BARBOSA - LOTES 17, 18, 19 E 20 - QUARTEIRÃO 046 - BAIRRO MARILÂNDIA
15	C.S. BOA VISTA	LESTE	II	Rua Guar Esquina com Rua Teófilo Pires. (novo local) - Bairro Goiania
16	C.S. PEDREIRA PRADO LOPES	NOROESTE	II	Rua Escravo Isidoro, 601 - Pedreira Prado Lopes
17	C.S. JARDIM FELICIDADE II	NORTE	II	Rua Pau Brasil, n 480 - Lote 83 do Quarteirão 2 do Bairro solimões .
18	C.S. VILA PINHO	BARREIRO	II	Av. Perimetral, 813 / Entre a Rua Via do Pedestre e R. D - Lt 1b QT.32 - Vila Pinho
19	C.S. BARREIRO	BARREIRO	II	Rua José Gonçalves / Lotes 13,14 e 15 qt.58 da PBH. CP 159.003m22 - Bairro Barreiro
20	C.S. AARÃO REIS	NORTE	II	Avenida Waldomiro Lobo, lotes 10 a 13 do QT 1. - Bairro: Guarani.
21	C.S. URUCUIA	BARREIRO	II	Lote 1 QT38 - Entre a Rua W Cinco e Rua Robertson Pinto Coelho - Lote 1 QT38 - Bairro BARREIRO
22	C.S. MARIANO DE ABREU	LESTE	II	Rua Fernão Dias 220 - Casa Branca - Lote 34 QT.146
23	C.S. SERRANO	PAMPULHA	II	Rua Tocantins entre as ruas Ocidental e Cristalina - Bairro Serrano
24	C.S. TÚNEL DE IBIRITÉ	BARREIRO	II	Rua Milton Souza Lopes (Lote 1 QT.3) - Conjunto Túnel de Ibirité
25	C.S. VISCONDE DO RIO BRANCO	VENDA NOVA	II	Rua Crisanto Muniz Lotes 16,17,18,19,20 QT.28 - Bairro Rio Branco
26	C.S. FLORAMAR	NORTE	II	RUA JOAQUIM CLEMENTE 381 - Bairro. FLORAMAR
27	C.S. SÃO BERNARDO	NORTE	II	Rua Vasco da Gama, 334 B. - Bairro São Bernardo



28	C.S. MG-20	NORTE	II	Rua Areia Branca, 171 - Bairro Ribeiro de Abreu
29	C.S. JARDIM LEBLON	VENDA NOVA	II	Rua Humberto Campos 581 - Bairro Jardim Leblon
30	C.S. ETELVINA CARNEIRO	NORTE	II	Rua Mar de Rosas / R. Lírio do Campo - Lote 1 QT.119 - Bairro Etelvina Carneiro
31	C.S. TUPI	NORTE	II	Rua Capistrano de Abreu - Lote 57 QT.51A - Bairro Tupi
32	C.S. CÍCERO IDELFONSO	OESTE	II	Rua Aguanil, 236. Lote 01 Quadra 48 - Bairro Vista Alegre
33	C.S. JARDIM ALVORADA	PAMPULHA	II	Rua Engenho do Sol, lotes 22 a 26 do quarteirão 15.
34	C.S. CONFISCO	PAMPULHA	II	Rua Maestro Francisco Buzelin - Lote 3A QT. 167 - Bairro Bandeirantes
35	C.S. SÃO PAULO	NORDESTE	II	Rua Angola, 357 - São Paulo
36	C.S. JOÃO PINHEIRO	NOROESTE	II	Final da Rua Cruz Alta (Rua Nogueira de Paiva), 445 e 467 (Lote 22 QT.122) - Bairro João Pinheiro
37	C.S. JOÃO XXIII	OESTE	II	Rua Aida Souza Castro - lote 23 Quarteirão 40 planta CP 100022F.- Bairro Vila Oeste
38	C.S. CARLOS PRATES	NOROESTE	II	Rua Riachuelo, entre os números 2-32 com Rua Professor Mário Casassanta.- Bairro Carlos Prates
39	C.S. SANTA MARIA	OESTE	II	Rua das Pérolas esquina com Rua C - Bairro Santa Maria - Qt 063, It 001
40	C.S. HAVAI	OESTE	II	Rua San Salvador com Deputado Sebastião Nascimento (fundo do CRAS/Centro de Saúde) - Bairro Palmeiras

O **PODER CONCEDENTE** poderá determinar a construção desses CS com número de pavimentos e tipologia diversos, hipótese em que será analisada a aplicabilidade do disposto na subcláusula 17.6 do CONTRATO.



A lista de ordem de prioridade de construção/reconstrução dos CS é a que se apresenta neste item 3.b.iv, que poderá ser alterada pelo PODER CONCEDENTE por necessidade decorrente da política de saúde do município.

3.c. Projeto da Unidade de CME e LABORATÓRIO

A Rede de Atenção Primária de Belo Horizonte, organizada a partir de áreas de abrangência sobre os quais os Centros de Saúde têm responsabilidade sanitária, utilizam Laboratórios e Centrais de Esterilização de Materiais distribuídas em 09 (nove) distritos. Com intuito de otimizar os processos e tecnologias, hoje sem homogeneidade em suas diversas unidades, os Laboratórios, assim como a CME farão parte de um complexo centralizado em único edifício.

Indicação de localização: Rua Castelo de Crato entre as Ruas Castelo Lamego e Rua Castelo Setúbal.

Área estimada a ser construída é de 7.000m², portanto a implantação do Laboratório deve ser otimizada de forma a sobrar área para outras edificações de interesse público.

3.c.i. Conceitos e Premissas de Projeto e Memorial Descritivo

Ver DOCUMENTO COMPLEMENTAR_06_CME e Laboratório Central



4. VISTORIA TÉCNICA

A **CONCESSIONÁRIA** deverá analisar todos os documentos técnicos, visitar os locais que considerar pertinentes, documentar com registro fotográfico o que julgar necessário, tendo assim condições de avaliar toda a complexidade e exigências de execução total do objeto da **CONCESSÃO**.

Caberá à **CONCESSIONÁRIA** analisar os documentos técnicos e listar com clareza para o **PODER CONCEDENTE** qualquer mudança que julgue necessária ao projeto, seja de ordem técnica ou operacional. Cabe ao **PODER CONCEDENTE** a decisão sobre aceitar ou não as proposições realizadas pela **CONCESSIONÁRIA**.

A discordância da **CONCESSIONÁRIA** quanto ao projeto, documentos técnicos e planilha não será motivo de escusa ao cumprimento do **CONTRATO**, em especial quanto ao cronograma previsto neste Anexo e ao atendimento aos indicadores aqui referidos.

A Concessionária deverá iniciar imediatamente após a **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, a execução da Vistoria Técnica com a finalidade de dirimir dúvidas e de assunção de responsabilidade sobre possíveis danos que possam ocorrer nos imóveis limítrofes durante a execução das **OBRAS**.

A vistoria deverá estar concluída no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo elaborada em três vias. A primeira via será entregue ao **PODER CONCEDENTE**, a segunda ficará em posse da **CONCESSIONÁRIA** e o original será anexado ao processo Administrativo referente à concessão.



5. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES DE PROJETOS E OBRAS

5.a. Plano de Trabalho

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE**, no prazo máximo de 30 dias contados da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, o programa de acompanhamento dos 39 (trinta e nove) CS, que apresente etapas/atividades detalhadas por semana. O programa deverá contemplar também o cronograma de mão de obra e equipamentos a serem utilizados no empreendimento.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar o acompanhamento do empreendimento no software **MS PROJECT** que deverá ser atualizado semanalmente baseado no desenvolvimento dos serviços em execução e que servirá de suporte para as reuniões integradas de projetos e obras. Outros softwares podem ser utilizados desde que previamente aprovados pelo **PODER CONCEDENTE**.

Deverão estar incluídos nesse cronograma os prazos previstos para obtenção de licenças bem como a aquisição e incorporação de equipamentos, mobiliário, comunicação visual e treinamento de usuários dos sistemas.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá também apresentar ao **PODER CONCEDENTE** a seguinte documentação antes do início de cada **OBRA**:

- Anotações de Responsabilidade Técnica dos projetos e obras;
- Registro de Vistorias Técnicas;
- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT);
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- Programa de gerenciamento de resíduos em obras;
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Atestados de Saúde Ocupacional (ASO);
- Certificado de Treinamento Introdutório de 6 (seis) horas de acordo com Portaria NR-18 item 18.8.28.2, destinado a todos os empregados;
- Modelo de Ficha Técnica de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual;
- Comunicação Prévia da Obra;
- Cópia de registro de empregados.

Realização de reuniões periódicas com o **PODER CONCEDENTE** para aprovações e apresentações de cronogramas e análises de caminhos críticos. Todas as reuniões deverão ser registradas em ata a ser elaborada pela **CONCESSIONÁRIA**.

5.b. Desenvolvimento de projetos

Todas as etapas de projeto deverão ser acompanhadas pelos representantes do **PODER CONCEDENTE**. As etapas só poderão avançar após as devidas aprovações dos projetos nas etapas anteriores. Todas as informações referentes ao desenvolvimento dos projetos deverão ser registradas em ata e cada etapa concluída deverá ter seu conteúdo devidamente arquivado em local acessível às eventuais consultas de todos os participantes das equipes de trabalho do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA**.

As reuniões de trabalho serão realizadas em Belo Horizonte em local a ser determinado pelo **PODER CONCEDENTE**.



5.c. Comissionamento das instalações

O comissionamento será realizado durante as fases de montagem das instalações, sistemas e equipamentos e antes do início da operação de cada **CS, CME e LABORATÓRIO**.

O comissionamento terá o objetivo de garantir que o ambiente disponibilizado seja seguro, funcional e plenamente apto a operar, de acordo com os requerimentos de projeto e expectativas do **PODER CONCEDENTE** e usuários.

Deverá ser elaborado em conjunto, o Plano de Comissionamento, com a inclusão dos testes de aceitação, planos de inspeção, testes funcionais, cronograma, recursos empregados, escopo do comissionamento, entre outras atividades pertinentes e, no final, deverá ser emitido o Relatório de Comissionamento que será avaliado para fins de emissão dos termos de aceite.

5.d. Recebimento Provisório e Definitivo das Atividades de Projetos e Obras.

Serão definidos marcos de aceites parciais da obra executada que poderão ser baseados em eventos importantes e/ou frentes de trabalho previamente acordadas entre as partes. O aceite final somente poderá ser emitido, ou mesmo solicitado, quando do aceite definitivo de todos os marcos parciais acordados.

A aceitação definitiva dos marcos parciais também estará condicionada à conclusão das correções e/ou acertos mandatórios indicados pelo **PODER CONCEDENTE**.

Após a formalização dos aceites parciais e após a conclusão das **OBRAS**, a **CONCESSIONÁRIA** notificará o **PODER CONCEDENTE** sobre a finalização das atividades. O **PODER CONCEDENTE**, através de seus representantes, juntamente com a equipe técnica da **CONCESSIONÁRIA**, fará uma vistoria em todos os serviços executados, materiais aplicados e comissionamentos realizados.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá entregar, ao **PODER CONCEDENTE**, o Manual do Usuário (vide item 06 deste anexo), durante essa vistoria.

Concluída a vistoria, a comissão de recebimento das **OBRAS** emitirá, em até 10 (dez) dias úteis, o relatório de vistoria.

Após o relatório de vistoria, o **PODER CONCEDENTE** poderá:

a) Emitir **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**:

Se o relatório de vistoria concluir que os **CS, CME e LABORATÓRIO** estão aptos a funcionar, estando asseguradas as condições de salubridade das **UNIDADES** e de segurança dos **USUÁRIOS**, o **PODER CONCEDENTE** emitirá o Termo de Recebimento Provisório – TRP, o qual dará condições para a emissão da Ordem de Entrada em Operação – OEO.

b) Emitir **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO com ressalvas**;

Se o relatório de vistoria concluir que os **CS, CME e LABORATÓRIO** estão aptos a funcionar, mas há necessidade de algumas adequações que não interferem na operação das **UNIDADES** e nem mesmo na salubridade das mesmas e na segurança dos **USUÁRIOS**, o **PODER CONCEDENTE** poderá emitir o Termo de Recebimento Provisório – TRP com ressalva(s), que também dará condições para a emissão da Ordem de Entrada em Operação – OEO.



c) Não receber as **OBRAS**.

Se o relatório de vistoria concluir que não há condições de recebimento dos **CS ou CME e LABORATÓRIO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá tomar as providências necessárias, imediatamente, para reparar ou substituir os serviços e/ou materiais, conforme orientação do **PODER CONCEDENTE**.

Concluídas as correções, o **PODER CONCEDENTE** verificará se as obras e os materiais serão aceitos ou não.

Quando todos os reparos forem executados pela **CONCESSIONÁRIA** e aceitos pelo **PODER CONCEDENTE**, podendo ser asseguradas as condições de salubridade dos **CS, CME e LABORATÓRIO** e de segurança dos **USUÁRIOS** o **PODER CONCEDENTE** concluirá o relatório de vistoria e emitirá o Termo de Recebimento Provisório - **TRP**, o qual dará condições para a emissão da Ordem de Entrada em Operação – **OEO**.

Em qualquer das hipóteses, o **TRP** somente será emitido, dentre os fatores acima relacionados, quando procedidas as ligações definitivas das redes próprias às redes das concessionárias de serviços públicos (energia, água potável, esgoto, águas pluviais, etc.).

Decorridos 90 (noventa) dias da emissão do **TRP**, deverá o **PODER CONCEDENTE** vistoriar novamente os **CS, CME e LABORATÓRIO** para verificar se a **CONCESSIONÁRIA** corrigiu, às suas expensas, as ressalvas feitas e eventuais defeitos e vícios constatados neste período, devendo, ainda, avaliar aspectos estruturais e relacionados ao projeto elétrico e hidráulico da respectiva unidade e verificar se todas as outras obrigações pertinentes ao **CONTRATO** foram observadas. Se não houver nenhum apontamento a ser feito, deverá ser emitido o “**ACEITE FORMAL**”.

Ao final deste prazo, caso a **CONCESSIONÁRIA** não tenha cumprido com a correção de eventuais defeitos e vícios relatados no **TRP** ou apurados no período entre a data da sua emissão e a data da nova vistoria, caberá ao **PODER CONCEDENTE** a aplicação das penalidades previstas no **CONTRATO**.

5.e. Gerenciamento das Atividades nos Canteiros de Obras

O gerenciamento das atividades nos canteiros de obras será balizado pelas seguintes atividades:

5.e.i. Reuniões integradas nos canteiros de obras

O monitoramento, a supervisão e o recebimento provisório e definitivo das obras serão conduzidos pelo **PODER CONCEDENTE** através de técnicos do corpo de servidores próprios, com a necessária participação da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - **SUDECAP**.

Os representantes dos Conselhos Locais, Regionais e Municipal de Saúde das Unidades poderão acompanhar a execução das obras mediante solicitação de informações e visita a ao canteiro de obras em datas previamente agendadas junto ao Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde.

A supervisão das obras previstas no **CONTRATO** de **CONCESSÃO** será realizada pela **SUDECAP**.

Os procedimentos e etapas de supervisão de obra serão definidos de comum acordo entre **SUDECAP**, Secretaria Municipal de Saúde e **CONCESSIONÁRIA**, antes do início de cada obra.



Na data de emissão da autorização para início das obras, o **PODER CONCEDENTE** promoverá uma reunião para apresentação de sua equipe e acertará os procedimentos de acompanhamento e validação da execução.

Nesta etapa, serão definidos marcos de aceites parciais da obra executada de forma que o aceite só seja emitido mediante todos os aceites parciais previamente emitidos.

Adicionalmente, durante a execução da obra, o **PODER CONCEDENTE** poderá indicar itens de modificação/correção que deverão ser implementados pela **CONCESSIONÁRIA**, quando classificados como mandatário, sob pena de não emissão do aceite parcial.

Quaisquer fatos, solicitações, análises e avaliações referentes à execução da obra deverão ser apresentados pela **CONCESSIONÁRIA** mediante um "Relatório de status de Obras" que será o documento adequado para comunicação de todos estes eventos. Este diário será objeto de análise técnica pelo **PODER CONCEDENTE** e servirá de base para a sua equipe participar das reuniões integradas. A periodicidade de elaboração deste relatório será definida em comum acordo e este deve estar disponível sempre que solicitado.

É dever da **CONCESSIONÁRIA** facilitar e prover as informações necessárias para o acompanhamento e supervisão das obras por parte da equipe do **PODER CONCEDENTE**.

Essas reuniões serão realizadas semanalmente no canteiro de obras, em dia da semana e horários fixos que poderão ser alterados por motivos de força maior, como feriados que coincidam com a data pré-fixada, e outros que o **PODER CONCEDENTE** julgar relevante. As reuniões deverão obedecer à seguinte pauta, que poderá ser acrescida ou suprimida a critério da equipe do **PODER CONCEDENTE**, desde que não prejudique o objetivo de gerenciar o **CONTRATO**.

5.e.ii.Planejamento de Projetos e Obras

O planejamento deverá considerar além das atividades rotineiras de execução dos trabalhos os seguintes itens que podem interferir no cronograma. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar:

- Análise das frentes de serviço liberadas e constatação das quais estão sendo trabalhadas;
- Análise das atividades que estão impedidas de serem trabalhadas e os motivos desse impedimento, com o relato das providências que estão sendo tomadas para a superação do problema;
- Análise do gráfico de Gantt, cronograma físico, comparando o previsto e o realizado;
- Análise do caminho crítico, tendo por base a rede CPM – *Critical Path Method*, gerada pelo programa MS Project ou similar aprovado pelo **PODER CONCEDENTE**;
- Análise do planejamento semanal de atividades;
- Alterações nos projetos executivos: registrar as pequenas alterações realizadas no canteiro de obras com acompanhamento do **PODER CONCEDENTE** e/ou de consultor e do Responsável Técnico do projeto. No caso de grandes alterações, verificar (i) o prazo de entrega da nova solução e (ii) quem assinará a ART do novo projeto, registrar os acertos em Diário de Obras, e verificar se há outras frentes de serviço que podem ser trabalhadas em alternativa aos serviços que estão sendo modificados;
- Avaliação de Interferências com outras Concessionárias Prestadoras de Serviços Públicos;
- Verificação do tipo e as providências a serem tomadas para a superação do problema;



- Assunção de responsabilidade por quaisquer danos causados aos CS, CME e LABORATÓRIO;
- Estar de posse de todos os cadastros dos locais que compõem o objeto da CONCESSÃO;
- Verificar se as solicitações às concessionárias foram formalizadas e se os prazos acordados foram cumpridos;
- Verificar se as alterações de projetos passaram por novos processos de aprovação;
- Avaliação em caso de chuvas: analisar as interferências das chuvas no desenvolvimento das atividades, anotando no Diário de Obra os problemas por ela causados;
- Avaliação de Requisitos de Segurança do Trabalho: verificar o cumprimento da Lei 6.514/77 e das Normas Regulamentadoras da Portaria n.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho, com o auxílio das orientações e do relatório emitido pelo Técnico de Segurança do Trabalho da CONCESSIONÁRIA;
- Avaliação de Requisitos de Sinalização da obra: verificar o cumprimento das normas da BHTRANS e das prescrições do Caderno de Encargos da SUDECAP 3ª edição (vide site: www.pbh.gov.br), priorizando a segurança de pedestres e as áreas de manobras de caminhões e máquinas;
- Controle tecnológico: verificar os relatórios emitidos pelos laboratórios, referentes aos materiais e serviços, que devem ser controlados por normas e orientações do Caderno de Encargos da SUDECAP 3ª edição, das normas da ABNT e demais Órgãos competentes, bem como suas atualizações;
- Avaliação da necessidade de Reassentamentos e afins: verificar a necessidade ou o andamento de processos de reassentamentos, e implantação de faixas de domínio;

As reuniões poderão ser registradas em atas manuscritas e, posteriormente digitadas, para que sejam enviadas ao **PODER CONCEDENTE**, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados;
- Assinatura da ata pelos presentes;
- Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;
- Anotação dos pontos de pauta que não apresentam problemas, deixando claro que o problema não existe;
- Os problemas relatados deverão apresentar um encaminhamento de solução, com o responsável pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e a justificativa da solução;
- Relação das pessoas que receberão cópias da ata.

5.e.iii. Combate ao Aedes Aegypt e vetores similares

A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter o canteiro de obras limpo, sem lixo e recipientes que possam acumular água, evitando a proliferação do vetor da dengue. O não atendimento estará sujeito à multa contratual.

5.e.iv. Planejamento das atividades

Sempre que solicitado, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar à equipe do **PODER CONCEDENTE**, o planejamento e o cronograma atualizado de execução da obra e o Diário de Obras.

5.e.v. Relação de materiais e serviços controlados



Dentre as atividades de supervisão que serão definidas pelo **PODER CONCEDENTE**, estão os procedimentos de inspeção da especificação e utilização de materiais e equipamentos nas obras de finalização dos **CS, CME E LABORATÓRIO**. Estes serão supervisionados quanto aos padrões e requerimentos legais de qualidade e especificação (vide Documento Complementar 03 – Memorial Descritivo das Novas Unidades).

5.e.vi. Cadastro dos serviços executados (*as built*)

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar em formato de folha A1, a cada etapa do cronograma que for concluída, e em detalhe, as modificações ocorridas em relação ao projeto original, incluindo a compatibilização com os projetos da fase anterior da obra.

Ao final da obra, **CONCESSIONÁRIA** deverá entregar um jogo completo de pranchas *as built*, incluindo todas as intervenções feitas no período considerado.

5.e.vii. Projeto do Canteiro de Obras e Sistema de Informatização

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar o projeto de implantação do canteiro de obras, observando as exigências da Lei 6.514/77, das Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e do Caderno de Encargos da SUDECAP 3ª edição, no que diz respeito ao refeitório, instalações sanitárias, vestiários e bebedouros para os operários, estabelecendo os fluxos principais de trânsito de materiais, pessoal e equipamentos.

5.e.viii. Requerimentos Mínimos de Equipe

Tanto para OBRAS quanto para projetos a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar o organograma do empreendimento, o fluxograma de informações e a interface com o **PODER CONCEDENTE** e responsáveis pelas aprovações e acompanhamento do empreendimento.

5.e.ix. Projetos

O desenvolvimento dos Projetos de Arquitetura e complementares de Engenharia deverão ser feitos por equipe com experiência comprovada na área da Saúde. A comprovação se dará através de portfólio, certificados e acervo técnico dos profissionais. Deverá ser indicado um Responsável Técnico pelos projetos e equipe de trabalho. Todas as reuniões deverão ter convocações oficiais e registros em atas que deverão ser encaminhadas ao **PODER CONCEDENTE**.

5.e.x. OBRAS

O desenvolvimento das OBRAS deverá ser feito por empresa qualificada e com experiência comprovada em obras múltiplas e concomitantes. A comprovação se dará através de portfólio, certificados e acervo técnico dos profissionais. Deverá ser indicado um Responsável Técnico pela empresa e equipe de trabalho. Deverá ser indicado um Responsável Técnico para cada OBRA, Engenheiro Civil, com experiência comprovada.

O Mestre de Obras e os Encarregados deverão ter experiência mínima comprovada.

Será exigida, durante a execução dos serviços de paisagismo, a presença de um Engenheiro Agrônomo especializado em paisagismo como Responsável Técnico com a devida ART anotada no CREA.

Será exigida a presença de um Técnico de Segurança do Trabalho, por um período mínimo de 04 (quatro) horas diárias de trabalho, no local da OBRA. Para OBRAS com efetivo médio de funcionários igual ou superior a 50 (cinquenta) funcionários deverá ser atendida a NR 4 - Serviços



Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Todos os funcionários da OBRA deverão trabalhar uniformizados e de acordo com as Leis Trabalhistas e de Segurança vigentes.

5.e.xi. Diretrizes de Condução dos Projetos e Obras

A execução dos Projetos e **OBRAS** será supervisionada pelo **PODER CONCEDENTE**, com poderes para verificar se os projetos estão sendo cumpridos de forma adequada, se os materiais especificados e utilizados são de primeira qualidade (exigindo os testes e ensaios definidos nas Normas da ABNT), analisar e decidir sobre proposições da **CONCESSIONÁRIA** que visem melhorar a execução da obra, fazer qualquer advertência quanto a qualquer falha da **CONCESSIONÁRIA**, recomendar aplicação de multas ou outras penalidades no contrato.

A metodologia construtiva utilizada para a entrega das **OBRAS** é facultada à **CONCESSIONÁRIA**, desde que ela seja previamente autorizada pelo **PODER CONCEDENTE**.

A existência da equipe do **PODER CONCEDENTE** não exime a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, podendo inclusive, questionar detalhes construtivos, dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.

Qualquer proposta de alteração apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** ao projeto inicial será objeto de avaliação pelo **PODER CONCEDENTE**.

5.f. Infraestrutura de rede de dados e voz

As **OBRAS** de construção e reconstrução deverão prever todo o cabeamento para atender as demandas de tecnologia da informação das unidades. Deverão ser estimados 2 pontos de rede CAT 5 para cada microcomputador previsto por unidade, este cálculo poderá ser usado como referência para todas as unidades.

Esta solução deve atender a seguinte especificação:

- Utilização da funcionalidade PoE (Power over Ethernet) para conexão e alimentação dos dispositivos de rede com essa funcionalidade (telefones, câmeras por exemplo)
- Cabeamento horizontal 100% UTP CAT 5 CMR
- Utilização de no-breaks nas salas técnicas e de TI, capaz de suportar todos os equipamentos de rede de dados e voz, por um período mínimo de 20 minutos à 50% da carga total, de forma a garantir a disponibilidade do serviço, em caso de falta de energia
- Sistemas de segurança suportados na infraestrutura de rede

Todo o cabeamento deverá ser orientado para o local onde estão previstas instalações dos equipamentos de suporte à rede, que serão implementados pelo **PODER CONCEDENTE**.

Prevê-se que a localização programada para os ativos de microinformática em cada um dos **CS**, **CME** e **LABORATÓRIO**, para dimensionamento da infraestrutura de rede de dados e voz, é a seguinte:

- Consultórios – 1 microcomputador por consultório
- Recepção – 3 microcomputadores, sendo 1 por posição de atendimento
- Farmácia – 2 microcomputadores por farmácia



- Almoarifado - 1 microcomputador por almoarifado
- Sala administrativa – 5 microcomputadores por sala administrativa
- Sala de gerência – 1 microcomputador por sala de gerencia
- Sala de arquivo – 1 microcomputador por sala
- Sala de coleta – 1 microcomputador por sala de coleta
- Sala de vacina – 1 microcomputador por sala de vacina
- Sala de observação – 1 microcomputador por sala de observação
- Sala de curativo – 1 microcomputador por sala de curativo
- Salão multiuso – 2 microcomputadores por salão multiuso
- Sala de agentes de saúde – 3 microcomputadores por sala de agentes de saúde
- Sala de agentes de zoonoses - 3 microcomputadores por sala de agentes de zoonoses
- Referência de saúde mental – 3 microcomputadores por centro de referência de saúde mental
- CME e LABORATÓRIO – equipados de forma análoga aos demais conforme as necessidades operacionais dessas unidades

5.g. Informações Adicionais

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prover ar condicionado, nos CS, apenas para as áreas de atendimento à saúde bucal (odontologia) e para a sala de observação. Não é obrigatório o fornecimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, de ar condicionado para as demais áreas dos CS, assim como não é obrigatório que este sistema de ar condicionado seja central, porém deverá garantir conforto térmico aos usuários e trabalhadores.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá instalar e manter, nos CS, duas plataformas elevatórias para acessibilidade, conforme especificado no EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS, mas não é obrigada a instalar e/ou fornecer elevadores para os CS. Caso venha a instalá-los e/ou fornecê-los, o deverá fazer seguindo no mínimo as diretrizes e orientações já estabelecidas no EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS.

Com relação aos gases medicinais (aqui se referindo ao oxigênio), a **CONCESSIONÁRIA** deverá prover o fornecimento de sua infraestrutura (tubulação até a sala de observação, abrigo para instalação, etc) conforme especificado no EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS. A responsabilidade pelo fornecimento dos cilindros de oxigênio reabastecidos é do **PODER CONCEDENTE**. Com relação ao ar comprimido, a **CONCESSIONÁRIA** é responsável por prover e manter a infraestrutura e o fornecimento desta utilidade nos **CS, CME E LABORATÓRIO**, particularmente para as áreas de atendimento à saúde bucal (odontologia) em consonância com o EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS.



6. MANUAL DE OBRAS DA SUDECAP (MANUAL DO USUÁRIO)

6.a. Objetivo

A presente norma tem como objetivo orientar a montagem de documentação com informações detalhadas relativas ao projeto, execução e ocorrência em cada uma das obras públicas realizadas no município de Belo Horizonte. O Manual será a referência que balizará os procedimentos de manutenção preventiva e orientará no futuro, as novas intervenções nas áreas de abrangência das OBRAS.

O manual aqui apresentado é um documento padrão, a ser utilizado como referência. A **CONCESSIONÁRIA** deverá avaliar a pertinência dos tópicos aqui abordados ao seu escopo de OBRAS. Deverá ser elaborado um manual para cada **CS, CME e LABORATÓRIO** levando em consideração suas particularidades.

6.b. Organização

A organização e montagem do Manual serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** com a aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** entregar um manual atualizado ao final da obra. Adicionalmente, deverá gerar os registros das revisões conforme forem ocorrendo as atualizações.

6.c. Apresentação

O Manual deverá ser montado em duas vias sendo uma para os arquivos do **PODER CONCEDENTE** e a outra para os Gerentes dos **CS**.

A **CONCESSIONÁRIA** também deverá fornecer cópias digitais, em CD ou DVD, do manual produzido.

6.d. Ementa

A referência indicada a seguir engloba obras em geral.

6.d.i. Obras de edificações

6.d.i.1. Parte A – Texto Explicativo

Deverá conter:

- Dados Gerais da OBRA;
- Objeto;
- Localização;
- Empresa responsável pela construção;
 - endereço/telefone;
 - engenheiros responsáveis;
 - responsáveis pela instalação elétrica;
 - responsáveis pelas instalações hidráulicas;
- Unidades componentes da edificação;
- Projetistas da edificação;
- Engenheiro Supervisor;
- Início e fim da OBRA.

Descrição dos Serviços/Conservação:

- Fundações;
- Estrutura de concreto armado;

- Demais Estruturas
- Alvenaria;
- Impermeabilização e vedação;
- Jardins;
- Revestimentos;
- Pintura;
- Esquadrias;
- Caixas de gordura/passagem;
- Bomba d'água.

Instalações Elétricas/Telefônicas:

- Descrição do sistema;
- Quadros de energia (identificação dos disjuntores);
- Para – raios;
- Modificações – “*As Built*”;
- Aterramentos;
- Previsões.

Instalações Hidráulicas:

- Descrição do Sistema;
- Tipos de tubos empregados;
- Reservatórios existentes – (capacidade);
- Eventuais barriletes;
- Localização de shafts e prumadas;
- Cadastro de tubulações – “*As Built*”;
- Convenção de cores das tubulações;
- Caixas de passagem;

Instalações Mecânicas:

- Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio;
- Problemas Eventuais/Providências;
- Motores;
- Disjuntores;
- Relés;
- Bombas;
- Golpes de arfete;
- Sistema de Dados e Voz;
- Relação das Chaves do Claviculário;
- Relação dos Fornecedores com Especificação dos Materiais Empregados e Serviços Executados;
- Bombas, chaves bóia, quadro de força de bombas;
- Tubos e conexões de PVC, galvanizado, cobre ou ferro fundido;
- Válvulas de retenção;
- Quadros de energia;
- Sistema de para – raios;
- Instalação de gás canalizado;
- Extintores/ registros/ adaptadores/ esguichos/ hidrantes/ portas corta fogo/ mangueiras do sistema de prevenção de incêndio;
- Ramal de entrada, prumada e fiação de telefone
- Serviços de impermeabilização;
- Instalações elétricas executadas por terceiros;
- Esquadrias de madeira;

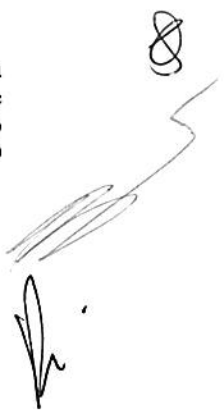
- Esquadrias metálicas;
- Forros de gesso/forros especiais;
- Elevadores/Monta carga;
- Luminárias/reatores;
- Chuveiros elétricos/aquecedores;
- Louças e metais de acabamento;
- Fechaduras e dobradiças;
- Revestimentos cerâmicos/azulejos/outros;
- Bebedouros/filtros;
- Luminárias de emergência;
- Bojos de pia em aço inox;
- Base de registro de gaveta e pressão;
- Válvulas de descarga;
- Torneiras de cozinha, tanques e jardins;
- Aspersores de irrigação;
- Pré – moldados;
- Tampas de ferro fundido com inscrição para identificação;
- Vidros (tipo – espessura);
- Sistema de ar condicionado;
- Pintura – (cores, marca, tipo);
- Fórmica;
- Equipamentos de piscina;
- Telhas;
- Estrutura metálica.

6.d.i.2. Parte B - Projetos/Anexos Operacionais

Deverá conter:

- Projetos da OBRA;
- Arquitetônico;
- Cabeamento Estruturado;
- Instalações Elétricas;
- Instalações Hidráulicas;
- Sistema de Dados e Voz;
- Prevenção e combate a incêndio;
- Gases Medicinais²;
- Instalação de gás combustível;
- Ar condicionado / Climatização;
- Paisagismo;
- Comunicação Visual;
- Estrutural;
- Em todos os projetos deverão constar as modificações havidas, ou somente a observação: **CONSTRUÍDO CONFORME PROJETADO**, se não houve alterações;
- Anexos Operacionais;
- Poço de bombas de recalque – procedimentos para operação;

² Com relação a gases medicinais é responsabilidade da CONCESSIONÁRIA apenas (i) prover e manter a infraestrutura (sem o abastecimento por meio de cilindros) para o fornecimento de oxigênio para a sala de observação (sala de maiores cuidados) e (ii) o fornecimento da infraestrutura, dos equipamentos (incluindo sua manutenção) e a disponibilização de ar comprimido para as salas de saúde bucal (odontologia). O fornecimento de cilindros de oxigênio é de responsabilidade do PODER CONCEDENTE



- Caixa d'água superior – identificação dos registros de distribuição, incêndio, extravasor, limpeza e da tubulação de alimentação;
- Barriletes – identificação dos registros de distribuição;
- Os registros deverão estar identificados no local (pintar à mão na tubulação) com a numeração respectiva: Nesta identificação deverão constar os pavimentos e os cômodos que os registros alimentarem;
- Poço de bombas de água pluvial – procedimentos para operação;
- Locação mais detalhada de shafts e prumadas;
- Cadastro das tubulações (*As Built*) embutidas nos banheiros, cozinha, consultórios, vestiários e etc. (Planta baixa e elevações).

6.d.i.3. Parte C – Documentos/Termos de Garantia

Deverá conter:

- Certidão de baixa e “HABITE-SE”;
- Carta de liberação do Corpo de Bombeiros (AVCB);
- ARTs – CREA –MG – empreiteira;
- Termos de garantia da impermeabilização;
- Contratos eventuais de manutenção;
- Certificados de controle tecnológico dos materiais utilizados: aço, concreto, blocos, tijolos, etc;
- Cartas de entrega e/ou declaração dos fabricantes, de que os equipamentos foram instalados conforme suas normas (anexar manuais de instruções);
- Testes de aterramento dos para – raios;
- Aprovações das concessionárias (CEMIG e COPASA);
- Relação dos projetos entregues;
- Recibo da entrega das chaves;
- Assuntos importantes tratados por cartas e atas (a elaboração deste item ficará a cargo da empreiteira e da SUPERVISÃO);
- Datas indicativas e periodicidade dos serviços de limpeza e manutenção preventiva – “CHECK - LIST”;
- Limpeza de caixas de gordura;
- Limpeza da resistência de terra do sistema de para – raios;
- Limpeza dos reservatórios de água potável;
- Limpeza de ralos de jardineiras – (poços de visita);
- Limpeza de caixas de água pluvial e de esgoto;
- Limpeza de ralos internos e externos;
- Recarga de extintores;
- Manutenção de hidrantes de parede e passeio (mangueira/registros);
- Lubrificação com grafite em pó das fechaduras de segredo;
- Reaperto dos cabos e fios nos quadros medidores da CEMIG e nas QDLs da edificação.

6.e. Obras de urbanização

6.e.i. Parte A – Texto Explicativo

Deverá conter:

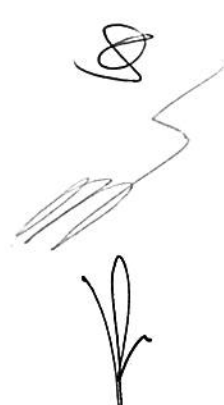
- Dados Gerais da OBRA;
- Objeto;
- Localização;
- Empresa responsável pela construção e RT;

- Endereço;
- Engenheiros responsáveis;
- Subcontratados;
- Atividades contempladas pela OBRA;
- Responsáveis pelos projetos;
- Engenheiro Supervisor;
- Início e fim da OBRA
- Responsáveis pela manutenção;
- Descrição dos Serviços;
- Características do solo;
- Ocorrência de lençol freático;
- Drenagem profunda;
- Enrocamento;
- Corte/aterro, origem/destino, equipamentos utilizados;
- Compactação/equipamentos utilizados /níveis exigidos;
- Galeria/materiais utilizados;
- Redes de drenagem/materiais;
- Redes de esgoto/ interceptores;
- Sub-base/base: materiais/origem/índices de compactação;
- Capeamento: características/origem/espessura;
- Sarjetas: materiais/origem;
- Redes de água pluvial/adutoras: situação inicial/final;
- Sinalização;
- Redes de energia elétrica/telefonía: situação inicial/final
- Contêndes: localização/tipo;
- Paisagismo e urbanização;
- “Lay- out” existente;
- Relação e localização das áreas remanescentes;
- Relação dos Fornecedores com especificação dos materiais e Serviços;
- Tubos cerâmicos;
- Tubos concreto;
- Concreto usinado/local aplicado;
- Aço para concreto armado;
- Bocas de lobo;
- Poços de visita/tampões;
- Meio fios;
- Material para sub-base/base;
- CBUQ;
- Irrigação: detalhar;
- Outros.

6.e.ii.Parte B – Projetos/Anexos Operacionais

Deverá conter:

- Projetos completos da OBRA (*As Built*);
- Arquitetônico;
- Estrutural;
- Complementares;
- Geométrico;
- Perfil/ “grade”;
- Drenagem;
- Pavimento;



- Paisagismo e urbanização;
- Sinalização;
- Memória de Cálculo dos Projetos;
- Anexos Operacionais.

OBS.: Todos os projetos e anexos deverão vir gravados a observação “Construído Conforme Projetado” ou indicado, quando se tratar de modificação de projeto original com a observação “As Built”.

6.e.iii. Parte C – Documentos/Termos de Garantia

Deverá conter:

- Certidão negativa de débitos – INSS;
- Alvará e baixa da SMAU
- ART CREA-MG – Empresa e PODER CONCEDENTE;
- Termos de garantia de equipamento e/ou serviços;
- Contratos eventuais de manutenção;
- Certificados de controle tecnológico: aço, concreto, compactações, CBUQ, meios fios, boca de lobo e outros;
- Declaração de fabricantes/fornecedores que os equipamentos foram instalados conforme norma;
- Cartas e respostas encaminhadas a concessionárias (CEMIG/ TELEMAR/ COPASA);
- Relação dos projetos entregues;
- Documentos importantes da OBRA (ofícios, atas, etc);
- Periodicidade dos serviços de limpeza e manutenção preventiva com indicação dos locais: ralos, canaletas, sarjetas, caixas de passagem, drenos, juntas de dilatação, etc;
- Periodicidade de vistorias técnicas para análise de comportamento de estruturas. Necessidade de acompanhamento de deformações.

6.f. Termos de recebimento da OBRA

6.f.i. Recebimento de OBRAS

As **OBRAS** somente serão consideradas terminadas, dentre outros fatores, quando procedidas as ligações definitivas das redes próprias às redes das Concessionárias de Serviços Públicos (energia, telefone, água potável, esgoto, águas pluviais, etc.). As solicitações, custos e acompanhamento até o aceite da Unidade são de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

Será, então, realizada vistoria por Comissão Integrada por profissionais técnicos capacitados do **PODER CONCEDENTE**. Durante a vistoria, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar o Manual do Usuário que será analisado pelo **PODER CONCEDENTE**.

Concluída a vistoria, a comissão de recebimento das **OBRAS** emitirá, em até 10 (dez) dias úteis, o relatório de vistoria informando quais os serviços/materiais aceitos e quais serviços/materiais que deverão ser corrigidos, substituídos ou reparados, quando for o caso.

Após o relatório de vistoria, o **PODER CONCEDENTE** poderá:

- a) Emitir **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**:

Se o relatório de vistoria concluir que os **CS, CME e LABORATÓRIO** estão aptos a funcionar, estando asseguradas as condições de salubridade das **UNIDADES** e de segurança dos



USUÁRIOS, o PODER CONCEDENTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório – **TRP**, o qual dará condições para a emissão da Ordem de Entrada em Operação – **OEO**.

b) Emitir **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** com ressalvas:

Se o relatório de vistoria concluir que os **CS, CME e LABORATÓRIO** estão aptos a funcionar, mas há necessidade de algumas adequações que não interferem na operação das **UNIDADES** e nem mesmo na salubridade das mesmas e na segurança dos **USUÁRIOS**, o **PODER CONCEDENTE** poderá emitir o Termo de Recebimento Provisório – **TRP** com ressalva(s), que também dará condições para a emissão da Ordem de Entrada em Operação – **OEO**.

c) Não receber as **OBRAS**.

Se o relatório de vistoria concluir que não há condições de recebimento dos **CS ou CME e LABORATÓRIO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá tomar as providências necessárias, imediatamente, para reparar ou substituir os serviços e/ou materiais, conforme orientação do **PODER CONCEDENTE**.

Concluídas as correções, o **PODER CONCEDENTE** verificará se as obras e os materiais serão aceitos ou não.

Quando todos os reparos forem executados pela **CONCESSIONÁRIA** e aceitos pelo **PODER CONCEDENTE**, podendo ser asseguradas as condições de salubridade dos **CS, CME e LABORATÓRIO** e de segurança dos **USUÁRIOS** o **PODER CONCEDENTE** concluirá o relatório de vistoria e emitirá o Termo de Recebimento Provisório - **TRP**, o qual dará condições para a emissão da Ordem de Entrada em Operação – **OEO**.

Em qualquer das hipóteses (“a”, “b” ou “c”), o **TRP** somente será emitido, dentre os fatores acima relacionados, quando procedidas as ligações definitivas das redes próprias às redes das concessionárias de serviços públicos (energia, água potável, esgoto, águas pluviais, etc.).

Decorridos 90 (noventa) dias da emissão do **TRP**, deverá o **PODER CONCEDENTE** vistoriar novamente os **CS, CME e LABORATÓRIO** para verificar se a **CONCESSIONÁRIA** corrigiu, às suas expensas, as ressalvas feitas e eventuais defeitos e vícios constatados neste período, devendo, ainda, avaliar aspectos estruturais e relacionados ao projeto elétrico e hidráulico da respectiva unidade e verificar se todas as outras obrigações pertinentes ao **CONTRATO** foram observadas. Se não houver nenhum apontamento a ser feito, deverá ser emitido o “**ACEITE FORMAL**”.

Ao final deste prazo, se a **CONCESSIONÁRIA** não tiver cumprido com a correção de eventuais defeitos e vícios relatados no **TRP** ou apurados no período entre a data da sua emissão e a data da nova vistoria, caberá ao **PODER CONCEDENTE** a aplicação das penalidades previstas no **CONTRATO**.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO REFERENCIAL

A seguir será apresentado o cronograma referencial dos projetos e **OBRAS** dos **CS's**. O cronograma integra um período de incorporação de Equipamentos e Mobiliário (vide Anexo VIII - Do Tratamento dos Bens, sob guarda da Concessionária ou com acesso a ela franqueado), pois se considera o empreendimento finalizado a partir do momento em que estiver pronto para uso e emitido a respectiva **OEO**, nos termos do Anexo VI.

7.1 CRONOGRAMA DAS OBRAS

A entrada em operação dos CS's se dará gradualmente, levando-se em consideração o cronograma apresentado a seguir:

Número de meses desde a DATA DE EFICÁCIA PARCIAL do contrato	Número de CS entregues
09 meses	01 (CS Cabana)
Número de meses desde a DATA DE EFICÁCIA do contrato (número cumulativo de meses)	Número de CS entregues
21 meses	13
24 meses	13
27 meses	13

Para a conclusão das **OBRAS** do projeto, a **CONCESSIONÁRIA** deverá observar os prazos máximos destacado no cronograma acima, respeitadas as condicionantes definidas pela cláusula 20ª do **CONTRATO**.

A composição dos **CSs** acima poderá sofrer ajustes propostos pelo **PODER CONCEDENTE** e/ou **CONCESSIONÁRIA**, desde que sejam aprovados pelo **PODER CONCEDENTE**.

No caso do não cumprimento dos prazos acima estabelecidos, por única e exclusiva responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, ficará a **CONCESSIONÁRIA** sujeita às multas estabelecidas no **CONTRATO**, em particular a estipulada na subcláusula 25.5.4, que deverá ser aplicada para cada **CS**. **CME** e **LABORATÓRIO** em relação ao qual se verifique o descumprimento do prazo final de conclusão das **OBRAS** e/ou de **ENTRADA EM OPERAÇÃO**.

8. *RELAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES REFERENCIADOS NESTE ANEXO*

8.a. Premissas de Projetos dos novos Centros de Saúde

DOCUMENTO COMPLEMENTAR_02_Premissas de Projetos dos Novos Centros De Saúde

8.b. Memorial Descritivo de Novas Unidades

DOCUMENTO COMPLEMENTAR_03_Memorial Descritivo Das Novas Unidades

8.c. Conceitos e Premissas de Projeto e Memorial Descritivo

DOCUMENTO COMPLEMENTAR_06_CME e Laboratório Central